

ESPECTROCÍDIO RELIGIOSO: O AUTISMO DIANTE DA VIOLÊNCIA DA CURA E DA PUREZA

RELIGIOUS SPECTROCIDICIDE: AUTISM IN THE FACE OF THE VIOLENCE OF
HEALING AND PURITY

ESPECTROCIDIO RELIGIOSO: EL AUTISMO FRENTE A LA VIOLENCIA DE LA
CURA Y LA PUREZA

Rodrigo Vieira de Freitas

● Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo.

Clarissa De Franco

● Professora titular dos Programas de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde e em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, com ênfase nos estudos que envolvem uma interface entre Gênero, Religião, Psicologia, Espiritualidade, Esoterismo e Saúde; Religião, Gênero e Direitos Humanos; Psicologia Junguiana e Gênero, Decolonialidade e Religião; Psicologia, Morte e Religião, entre outros temas, na articulação entre saberes científicos e não científicos, sejam eles de ordem esotérica, ou saberes vindos de lutas sociais. Professora do Instituto Freedom e da Uniaberta. Psicóloga, doutora em Psicologia mestra e doutora em Ciência da Religião, com Pós-Doutorado em Estudos de Gênero e também em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC. Terceiro Estágio Pós-Doutoral em Psicologia Clínica no Núcleo de Estudos Junguianos da PUC/SP.

RESUMO

Este artigo propõe a cunhagem do conceito de “espectrocídio” como uma categoria analítica para compreender os processos simbólicos, institucionais e espirituais de apagamento da identidade autista, especialmente nos contextos atravessados por discursos biomédicos e religiosos. Apoiado nos estudos da deficiência, na teoria Crip, na psicologia social crítica, na sociologia da religião e na filosofia do sagrado, o artigo analisa como o capacitismo se desdobra em práticas de normalização violenta, justificadas em nome da cura, da terapêutica ou da salvação. Partindo da experiência autista e do referencial de autores como Fiona Kumari Campbell, Bader Sawaia, Robert McRuer, Mircea Eliade e Erving Goffman, a proposta conceitual do espectrocídio visa nomear a violência que exige a renúncia à singularidade para garantir o pertencimento. O artigo também apresenta trechos de discursos religiosos previamente analisados por Freitas e Freitas, demonstrando como o espectrocídio se materializa na linguagem da libertação espiritual. Ao final, reafirma-se a necessidade de uma ética da escuta, do reconhecimento e da resistência neurodivergente como caminhos para a construção de espaços verdadeiramente inclusivos.

Palavras-chave: espectrocídio; capacitismo; teoria Crip; espiritualidade; autismo.

ABSTRACT

This article proposes the coining of the concept of “spectroicide” as an analytical category to understand the symbolic, institutional, and spiritual processes of erasing autistic identity, especially in contexts permeated by biomedical and religious discourses. Grounded in disability studies, Crip theory, critical social psychology, the sociology of religion, and the philosophy of the sacred, the article analyzes how ableism unfolds in practices of violent normalization, justified in the name of cure, therapy, or salvation. Drawing from autistic experience and authors such as Fiona Kumari Campbell, Bader Sawaia, Robert McRuer, Mircea Eliade, and Erving Goffman, the concept of spectroicide aims to name the violence that demands the renunciation of singularity in exchange for belonging. The article also presents excerpts from religious discourses previously analyzed by Freitas and Freitas (2024), demonstrating how spectroicide materializes in the language of spiritual liberation. Finally, the article reaffirms the need for an ethics of listening, recognition, and neurodivergent resistance as paths to truly inclusive spaces.

Keywords: Spectroicide; Ableism; Crip Theory; Spirituality; Autism.

RESUMEN

Este artículo propone la acuñación del concepto de “espectrocidio” como categoría analítica para comprender los procesos simbólicos, institucionales y espirituales de borrado de la identidad autista, especialmente en contextos atravesados por discursos biomédicos y religiosos. Basado en estudios sobre discapacidad, teoría Crip, psicología social crítica, sociología de la religión y filosofía de lo sagrado, el artículo analiza cómo el capacitismo se manifiesta en prácticas de normalización violenta, justificadas en nombre de la cura, la terapéutica o la salvación. A partir de la experiencia autista y de autores como Fiona Kumari Campbell, Bader Sawaia, Robert McRuer, Mircea Eliade y Erving Goffman, el concepto de espectrocidio pretende nombrar la violencia que exige la renuncia a la singularidad como condición para pertenecer. El artículo también presenta extractos de discursos religiosos previamente analizados por Freitas y Freitas (2024), demostrando cómo el espectrocidio se materializa en el lenguaje de la liberación espiritual. Finalmente, se reafirma la necesidad de una ética de la escucha, del reconocimiento y de la resistencia neurodivergente como caminos hacia espacios verdaderamente inclusivos.

Palabras clave: espectrocidio; capacitismo; teoría Crip; espiritualidad; autismo.

1. INTRODUÇÃO

Vivemos em uma sociedade atravessada por múltiplas formas de controle simbólico, nas quais os discursos sobre normalidade, produtividade e espiritualidade moldam profundamente a forma como corpos e subjetividades são percebidos e admitidos nos espaços coletivos. O avanço das tecnologias de diagnóstico, da medicalização da diferença e das instituições de fé têm operado, em distintas frentes, a normatização das existências que desafiam os parâmetros hegemônicos. Entre essas existências, destaca-se o corpo autista, não apenas como figura clínica, mas como território de disputas simbólicas, teológicas e políticas. O autismo, enquanto expressão legítima da diversidade neurológica humana, passa a ser interpretado sob o crivo da correção, da funcionalidade e da espiritualidade normativa, o que exige a construção de novas categorias analíticas que deem conta das formas de violência dirigidas a esses corpos.

Nesse cenário de disciplinamento das subjetividades, propõe-se o conceito de espectrocídio como chave analítica para compreender as violências simbólicas, institucionais e espirituais que incidem sobre pessoas autistas. Trata-se de um fenômeno que não se limita a contextos clínicos ou religiosos, mas que emerge na intersecção entre o biopoder (Foucault, 2008), o capacitismo estrutural (Campbell, 2009) e as exigências normativas de pertencimento impostas às corporalidades dissidentes. O espectrocídio se manifesta como tentativa sistemática de apagar, silenciar ou corrigir os modos autistas de ser, pensar e se expressar, operando sob diversas roupagens: terapêutica, educativa, pastoral ou médica. Assim como o epistemicídio nomeia a destruição de formas de saber não hegemônicas (Walsh, 2009), o espectrocídio denuncia a exclusão epistêmica e ontológica das pessoas situadas no espectro, por meio de mecanismos que exigem adaptação, camuflagem ou conversão comportamental como condição para reconhecimento social ou espiritual.

Entre as diversas formas que o espectrocídio pode assumir, destaca-se o espectrocídio religioso, definido como o conjunto de práticas simbólicas e discursivas que, em nome de uma espiritualidade normatizada, impõem às pessoas autistas a negação ou supressão de sua identidade neurodivergente como pré-condição para o pertencimento comunitário. Em contextos cristãos evangélicos, especialmente nas vertentes pentecostais e neopentecostais (Mariano, 1999; Horton, 2022), a experiência autista é frequentemente interpretada como ausência de fé, manifestação demoníaca ou falha espiritual, justificando exorcismos, campanhas de cura e discursos que associam o autismo ao pecado. Esse enquadramento do corpo autista como “fora do sagrado” se ancora na distinção entre puro e impuro, normal e desviante, conforme já evidenciado na estrutura simbólica analisada por Eliade (1992) e Otto (1985). Assim, a lógica do sagrado, quando instrumentalizada por uma teologia capacitista, transforma o espaço religioso em terreno de correção, controle e apagamento da diferença.

Este artigo tem como objetivo apresentar e fundamentar o conceito de espectrocídio, cunhado a partir da articulação entre os estudos críticos da deficiência (Campbell, 2009), a teoria crip (McRuer, 2006), os estudos sobre estigma (Goffman, 1988), os limites ético-políticos da inclusão (Sawaia, 2008) e as estruturas simbólicas da religião (Eliade, 1992). A proposta conceitual parte do campo religioso, em especial das práticas evangélicas de espiritualização da diferença, mas se expande para abarcar os diversos mecanismos socioculturais que promovem a supressão da identidade autista sob a linguagem da normalização, do “cuidado” e da salvação. O texto está estruturado em três partes: a primeira apresenta a base teórica e epistemológica do conceito, situando o espectrocídio como desdobramento do capacitismo; a segunda delimita a forma específica do espectrocídio religioso, articulando espiritualidade, exclusão e normatividade; e a terceira mobiliza trechos discursivos de lideranças evangélicas como exemplos práticos da violência simbólica que sustenta esse processo. Ao final, propõe-se que o reconhecimento da neurodivergência como parte da pluralidade humana exige a superação dos dispositivos de correção espiritual e biomédica, em favor de uma ética do pertencimento radical.

2. ESPECTROCÍDIO: ARQUEOLOGIA DO CONCEITO

O conceito de espectrocídio, em processo de cunhagem a partir da dissertação de mestrado de Rodrigo Freitas (no prelo), propõe nomear e denunciar os processos sociais, discursivos e institucionais que atuam sistematicamente

no silenciamento, apagamento e correção da existência autista. Trata-se de um fenômeno que se insere na lógica mais ampla do capacitismo estrutural, conforme delineado por Fiona Kumari Campbell (2009), que entende o capacitismo não apenas como preconceito contra pessoas com deficiência, mas como um regime de produção ontológica, epistemológica e política da normalidade. No espectrocídio, a diferença neurológica não é apenas invisibilizada, mas combatida, seja por meio da patologização biomédica, da violência terapêutica, da estigmatização cultural ou da espiritualização da deficiência.

Sob esse ponto de vista, o espectrocídio articula-se às formas de normalização do biopoder descritas por Michel Foucault (2008), para quem o poder moderno se exerce por meio do controle dos corpos, da regulação dos comportamentos e da produção de vidas “adequadas” ao padrão social vigente. No caso da neurodivergência, esse controle assume formas específicas: classificações psiquiátricas, terapias comportamentais de correção, políticas públicas de inclusão burocratizada e condicionada e discursos religiosos que associam o autismo à possessão demoníaca, ao pecado ou à falha espiritual. A normatividade, portanto, não é apenas científica ou religiosa, ela se torna uma gramática transversal que atravessa os discursos de cuidado, educação, saúde e salvação.

Ao desenvolver a teoria crip, Robert McRuer (2006) contribui para uma compreensão mais profunda desses dispositivos de exclusão, ao evidenciar que tanto a heterossexualidade quanto a capacidade funcional compulsória operam segundo um mesmo princípio: a imposição de que os corpos se conformem a normas rígidas de inteligibilidade e produtividade. Nessa lógica, o espectrocídio não incide apenas sobre os comportamentos autistas, mas compromete a legitimidade do próprio ser. Corpos neurodivergentes, quando vistos como “disfuncionais”, “desconectados” ou “inaptos espiritualmente”, tornam-se alvos de processos de normalização que buscam apagar a diferença e estabelecer a conformidade como pré-requisito para o reconhecimento.

Essa lógica é denunciada por Bader Sawaia (2008) ao tratar da inclusão perversa, conceito que descreve os processos em que sujeitos são admitidos em espaços sociais sob a condição de que se adaptem aos parâmetros dominantes, sem que haja real aceitação de sua singularidade. A presença autista em espaços religiosos, escolares ou familiares, muitas vezes, se dá sob esse mesmo regime: é tolerada, mas não acolhida em sua plenitude. O espectrocídio, nesse sentido, representa a forma mais sofisticada dessa exclusão, pois não opera pelo afastamento físico, mas pela exigência de metamorfose identitária, uma espécie de inclusão que exige o desaparecimento do que se é.

Reconhecendo as diferentes dimensões da exclusão, Sawaia (2008) identifica a inclusão perversa como parte do sofrimento ético-político, que desloca o sujeito de sua agência no mundo e da legitimidade de existir enquanto um ser social pleno, um ser de direitos.

A partir do conceito de estigma, Erving Goffman (1988) oferece elementos fundamentais para compreender o espectrocídio como um processo que desqualifica profundamente a pessoa, marcando-a com uma identidade deteriorada. No caso das pessoas autistas, esse estigma ultrapassa a esfera comportamental e adquire nuances morais e espirituais, especialmente quando atravessado por discursos religiosos. O corpo autista passa, então, a ser visto como uma ameaça à ordem simbólica e espiritual da comunidade, tornando-se alvo de constantes vigilâncias, tentativas de correção e reinterpretções. Nesse contexto, o espectrocídio se revela como uma forma de atualizar o estigma, operando como um mecanismo de controle moral e espiritual sobre os corpos neurodivergentes.

Por fim, a contribuição de Mircea Eliade (1992) é essencial para compreender como o autismo é lido, dentro de certas tradições religiosas, como uma ruptura da ordem sagrada. A presença de corpos que não performam as normas litúrgicas, emocionais ou comunicacionais esperadas pode ser interpretada como dissonância espiritual, profanação ou ausência do divino. Nesse cenário, o espectrocídio espiritual se configura como tentativa de restaurar a sacralidade por meio da exclusão simbólica ou da conversão da diferença. O sagrado, então, deixa de ser o espaço do mistério e da alteridade para se tornar ferramenta de purificação e normatização.

A noção de espectrocídio, portanto, não nasce do vazio, mas da intersecção entre saberes críticos que denunciam os modos pelos quais a diferença é neutralizada em nome da salvação, da ciência, da cura ou da pedagogia. Sua elaboração busca oferecer uma chave conceitual potente para nomear violências simbólicas e institucionais que, até então, permaneciam dispersas sob o véu do cuidado ou da inclusão formal.

3. ESPECTROCÍDIO RELIGIOSO: ESPIRITUALIZAÇÃO DA DIFERENÇA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA

No âmbito das religiões cristãs, especialmente em contextos pentecostais e neopentecostais, o espectrocídio assume contornos ainda mais complexos ao ser articulado com categorias como possessão, pureza, fé e libertação. Nesse cenário, a deficiência é frequentemente interpretada como sinal de falha espiritual, presença demoníaca ou castigo divino (Soares; Araújo, 2021). A espiritualização da neurodivergência transforma a diferença neurológica em desvio moral e metafísico, legítima rituais de exorcismo e orações de cura e introduz a expectativa de conversão comportamental como critério de pertencimento à comunidade de fé.

Outra dimensão desse processo é o que propomos como capacitismo espiritual e espiritualizante: uma dupla forma de exclusão simbólica que, ora desqualifica o autismo como sinal de contaminação espiritual e ausência de fé, ora o eleva a um ideal de pureza, castidade e docilidade. Inspirado na crítica de Fiona Kumari Campbell (2009), que compreende o capacitismo como uma ontologia que define quais vidas são consideradas completas, esse conceito ajuda a compreender como determinados discursos religiosos constroem o autista como alguém que deve ser corrigido espiritualmente ou, em sentido oposto, venerado como uma presença sagrada e intocável. Nessa segunda via, a pessoa autista é colocada em um lugar de sacralização estéril, onde sua humanidade, marcada por desejo, contradição e complexidade, é apagada em nome de uma espiritualidade idealizada. Este mecanismo pode ser observado diante da típica frase: “ele/a é um anjo”, em referência à pessoa autista, deflagrando desagenciamento do sujeito político autista, por força da desumanização, ainda que travestida de aparente elogio.

Essa lógica se alinha ao que Mircea Eliade (1992) descreve como uma separação radical, em que tudo aquilo que escapa ao padrão do “divino reconhecível” é empurrado para a margem. Entre adolescentes autistas, especialmente meninos, esses discursos podem se entrelaçar a sensações de inadequação afetiva e isolamento, criando terreno para a internalização de identidades marcadas por frustração, negação do desejo e exclusão relacional. Messas e Fernandez (2023) demonstram que jovens autistas, diante da dificuldade de reconhecimento afetivo e da rigidez das interpretações sociais, podem ser especialmente vulneráveis à cultura *incel*¹, que oferece narrativas de pertencimento baseadas no ressentimento e na desesperança. Longe de proteger, a idealização espiritual do autista o isola, destitui sua agência e impede o reconhecimento de sua plena humanidade em suas múltiplas formas de amar, crer e existir.

Esse olhar teológico da deficiência se ancora, como aponta Ricardo Mariano (1999), na lógica da batalha espiritual, presente em igrejas neopentecostais que identificam no corpo a materialização de conflitos entre o bem e o mal. Tal racionalidade coloca o corpo autista como espaço simbólico de disputa, exigindo sua purificação para que se torne espiritualmente aceitável. Práticas como unções, imposições de mãos e exorcismos são, muitas vezes, dirigidas a crianças autistas, com o objetivo de expulsar o “espírito da enfermidade” ou da “rebeldia” — categorias construídas a partir da incompreensão das manifestações comportamentais autistas.

O uso de práticas de exorcismo como resposta a manifestações de sofrimento psíquico ou comportamental impõe sérios riscos éticos e subjetivos, especialmente quando dirigidas a pessoas autistas. Em vez de promover escuta e acolhimento, esses rituais operam uma lógica de purificação, reforçando o estigma e a percepção de que há algo espiritualmente desviado nesses corpos. Como adverte Mercer (2013), tais práticas não apenas desconsideram a complexidade das experiências humanas, mas também consolidam uma narrativa de anomalia espiritual, na qual a diferença precisa ser eliminada para que haja reconhecimento religioso. Quando aplicadas à neurodivergência, essas ações intensificam o apagamento da identidade e exigem a negação das formas singulares de ser e estar no mundo como condição para o pertencimento, núcleo constitutivo do espectrocídio religioso.

¹ *Incel* é a abreviação de “involuntary celibate” (celibatário involuntário), termo utilizado por homens que se identificam como sexual e afetivamente excluídos. A cultura *incel* se consolidou em fóruns virtuais e comunidades on-line, frequentemente marcada por discursos de ressentimento, misoginia e vitimização masculina. Em alguns casos, essa cultura tem sido associada a processos de radicalização e a episódios de violência. Estudos recentes apontam que jovens autistas, em especial os do sexo masculino, podem ser mais vulneráveis a esse tipo de discurso devido à exclusão social, ao isolamento afetivo e à falta de reconhecimento de sua sexualidade (Messas; Fernandez, 2023).

4. EXEMPLOS DE ESPECTROCÍDIO RELIGIOSO

No artigo “A desqualificação do autista pelo discurso religioso: implicações de estigma e inclusão perversa” (Freitas; Freitas, 2024), essa dinâmica é analisada com base em dois discursos religiosos amplamente difundidos nas redes sociais. Em um dos trechos, Washington Almeida, pastor da Assembleia de Deus em Tucuruí-PA afirma:

De cada 100 crianças que nascem, temos um percentual gigantesco de pessoas e ventres manipulados, visitados pela escuridão, que distorcem ainda no ventre. As crianças, hoje, de cada 100, temos aí quase que 30% de autistas em vários graus. O que está acontecendo, pr. Washington? O diabo está visitando o ventre das desprotegidas, aqueles que não têm a graça, a habilidade, a instrumentalidade para saber lidar com o mundo espiritual. E ele só procura os vulneráveis e os desassistidos”. (SBT Notícias, 18 Jul. 2024 *apud* Freitas; Freitas, 2024, p.145).

Nesse discurso, o espectrocídio religioso assume contornos profundos de desumanização ao vincular o autismo à visitação demoníaca de ventres maternos considerados espiritualmente desprotegidos. Ao afirmar que o “diabo está visitando o ventre das desprotegidas”, o pregador não apenas espiritualiza a origem da neurodivergência, mas também associa corpos autistas à profanação, deslocando-os da esfera do sagrado e inscrevendo-os no campo do mal, da desordem e da corrupção. A partir da perspectiva de Mircea Eliade (1999), o discurso reforça uma oposição entre o sagrado e o profano, onde o nascimento de uma criança autista deixa de ser uma manifestação da vida para ser interpretado como sinal de uma presença espiritual obscura, contaminando o próprio processo de gestação com a ideia de pecado ou falha mística.

Simultaneamente, sob a ótica de Erving Goffman (1988), esse enunciado aprofunda o estigma ao transformar a identidade autista em uma marca de desvio moral e espiritual. A estigmatização se intensifica quando não apenas o corpo da criança é visto como deteriorado, mas também o ventre materno passa a ser interpretado como território invadido por forças malignas, produzindo uma dupla culpabilização, da pessoa autista e de sua mãe. Trata-se de um processo de deterioração identitária que precede a própria existência social, negando qualquer possibilidade de pertencimento legítimo.

O espectrocídio, nesse contexto, não é apenas exclusão ou silenciamento: é uma operação simbólica que elimina a legitimidade da existência autista desde sua origem, promovendo uma lógica de purificação e normalização que se sustenta sobre o medo do diferente. Essa construção discursiva atua como um dispositivo de controle espiritual e moral que atravessa o corpo, o nascimento e a fé, instaurando uma teologia do medo e da exclusão em nome da sacralidade. Em outro caso, Pio Francisco de Carvalho, líder da Comunhão Cristã Abba, de Curitiba-PR, relata durante um culto um atendimento pastoral a uma professora do ensino fundamental que lecionava alunos autistas. Ao dialogar sobre a necessidade de a igreja oferecer um espaço de acolhimento para crianças autistas, a professora foi ignorada pelo pastor, que ainda lhe deu orientações sobre como lidar com autistas em sala de aula:

Você é professora? — Sou. Os pais colocam essa criança, a escola coloca essa criança nas suas mãos. Põe óleo. Elas vão entrando na salinha, põem a mão na cabeça dela e dizem assim: ‘Eu te abençoo em nome de Jesus Cristo. Espírito maligno, sai dele agora, em nome de Jesus!’ Meses depois, ela vem falar comigo. — Vem cá, minha irmã, tudo bem? — Tudo bem. E perguntam das crianças: — Pastor, tinha um que estava com sete anos e não falava. Falava. Outro não prestava atenção. Outro não fazia continha. Outro não conseguia ler. O outro... — E agora? — Pastor, dos 29, eu só tenho quatro na minha sala. O que não falava está falando com todo mundo, abraça todo mundo, brinca com todo mundo. O que não fazia continha está virando um matemático. O outro... Hello? Sabe essa tempestade lá fora que quer entrar dentro da igreja, e quer que a igreja se molde com aquilo que está lá fora? E a igreja vai comendo isso com farinha, como se fosse verdade” (UOL, 18 de out. 2024 *apud* Freitas; Freitas, 2024, p. 148).

Essas falas, amplificadas por mídias sociais, exemplificam como o espectrocídio religioso se opera na linguagem: ao nomear o autismo como possessão, o discurso anula sua existência enquanto diferença legítima e convoca o corpo autista à correção espiritual. Como destaca Sawaia (2008), esse processo produz sofrimento ético-político, pois impõe à pessoa autista a negação de sua própria identidade como condição para ser reconhecida como sujeito. Trata-se de uma violência simbólica mascarada de cuidado pastoral.

Esse discurso evidencia como o espectrocídio religioso extrapola os limites do culto e se infiltra nas práticas cotidianas da escola, transformando o espaço educativo em um território de correção espiritual. A professora, inserida na lógica da autoridade religiosa, é interpelada a agir não como educadora, mas como agente de exorcismo, aplicando óleo e orações de libertação sobre crianças autistas, entendidas ali como portadoras de espíritos malignos. O que deveria ser um ambiente de aprendizagem e acolhimento torna-se um palco para a reprodução de rituais que negam a neurodivergência como modo legítimo de ser. Nesse contexto, o espectrocídio desloca-se do púlpito para a sala de aula, naturalizando a ideia de que o corpo autista precisa ser curado, transformado ou purificado para se adequar à normalidade esperada. Essa transposição do discurso estigmatizante para o campo educacional não apenas perpetua o sofrimento ético-político da criança autista, como também institucionaliza uma pedagogia da exclusão sob a aparência de cuidado espiritual, reforçando uma inclusão perversa que exige a renúncia da própria identidade como condição de permanência.

A vivência espiritual de pessoas autistas muitas vezes se manifesta de forma silenciosa, contemplativa ou ritualística, escapando aos moldes das expressões litúrgicas convencionais. Longe de indicar ausência de fé ou desconexão com o sagrado, essas formas revelam modos singulares de espiritualidade, enraizados em outras sensibilidades e formas de presença. No entanto, como observa Bogdashina (2013), tais experiências tendem a ser invisibilizadas por olhares teológicos normativos, que não reconhecem a legitimidade dessas linguagens. Diante disso, atitudes como o silêncio, a rigidez ou a introspecção são frequentemente interpretadas como sinais de possessão ou vazio espiritual, perpetuando estigmas e aprofundando a exclusão simbólica nos espaços de fé.

No interior das comunidades religiosas, a sacralidade é frequentemente utilizada como critério normativo para definir quem pertence e quem deve ser corrigido ou expulso. Corpos autistas, que por vezes não respondem às práticas litúrgicas esperadas, que não interagem conforme os códigos da celebração ou que silenciam diante da euforia coletiva, são facilmente deslocados para fora da esfera do sagrado. Nessa lógica, a diferença deixa de ser acolhida como expressão legítima da fé e passa a ser interpretada como ausência de espiritualidade ou até mesmo como presença de forças contrárias ao divino. Tal estrutura simbólica ecoa o pensamento de Mircea Eliade (1992), para quem o sagrado estabelece uma ordem que rejeita o profano e o anômalo. Assim, o espectrocídio religioso opera quando essa rejeição se traduz em práticas de exclusão, muitas vezes mascaradas de cuidado espiritual, que exigem do corpo autista conversão, cura e adaptação, anulando sua singularidade em nome de uma comunhão espiritual homogeneizante.

É nesse ponto que a crítica da Teoria Crip, proposta por McRuer (2006), revela sua importância. A compulsão pela capacidade, ou, no contexto religioso, pela espiritualidade normativa, se impõe como um horizonte inevitável. A igreja, assim como a escola e a família, passa a operar sob uma lógica de reparação da deficiência, na qual o pertencimento só é possível mediante a renúncia daquilo que constitui o sujeito. O espectrocídio espiritual não elimina fisicamente, mas demanda o desaparecimento simbólico da identidade autista para que haja aceitação no espaço do sagrado.

Portanto, o espectrocídio religioso representa uma forma específica de violência simbólica que, sob a aparência de cuidado pastoral, realiza a supressão da diferença em nome da espiritualidade. Seus efeitos não se restringem ao ambiente eclesial, mas se expandem para as famílias, escolas e serviços de saúde, legitimando práticas de exclusão, silenciamento e correção. Combater o espectrocídio religioso exige, portanto, uma teologia crítica e neuroafirmativa, capaz de escutar a espiritualidade autista em sua própria linguagem e não como ruído a ser corrigido.

5. ENTRE O ESPECTROCÍDIO E O EPISTEMICÍDIO: A NEGAÇÃO DO SABER AUTISTA COMO FORMA DE EXCLUSÃO

A violência epistêmica que atinge pessoas autistas não se limita à invalidação de suas experiências no campo da espiritualidade. Ela atravessa o campo do saber, da ciência, da história e da teologia, produzindo o que Catherine Walsh (2009) denominou de epistemicídio: a eliminação, subalternização ou invalidação sistemática dos saberes produzidos por sujeitos historicamente silenciados. No caso das pessoas autistas, o epistemicídio se manifesta na deslegitimação de suas formas de conhecer, expressar, interpretar e nomear o mundo — especialmente em instituições biomédicas e religiosas que insistem em falar sobre elas sem escutá-las.

Quando o espectrocídio apaga a presença autista nos espaços sociais e simbólicos, o epistemicídio garante que esse apagamento se estenda também às formas de produção de conhecimento. Nesse contexto, a espiritualidade autista, que é vivida de modo sensorial, contemplativo e não-verbal, como demonstram Bogdashina (2013) e Bryson (2004), é constantemente deslegitimada por não corresponder aos padrões normativos do discurso teológico tradicional. Tal deslegitimação se articula à lógica do estigma (Goffman, 1988), pois a diferença espiritual é percebida como falha moral ou deficiência ontológica — e não como potência epistêmica.

A produção de conhecimento autista, quando emerge, encontra resistência em ser reconhecida como saber válido. Como exemplifica Nick Walker (2021), essa resistência não se dá apenas em espaços acadêmicos, mas nas estruturas sociais que valorizam o discurso médico, pastoral ou parental em detrimento da fala da própria pessoa autista. Walker propõe o conceito de *neuroqueering* para designar uma insurgência epistêmica que desafia os regimes de verdade sobre o autismo, propondo que pessoas autistas produzam, nomeiem e compartilhem seus saberes a partir de sua própria vivência — movimento que confronta diretamente a lógica do espectrocídio e do epistemicídio.

Um exemplo claro desse apagamento epistêmico histórico é o caso da psiquiatra soviética Grunya Sukhareva, que em 1926 descreveu com precisão características hoje atribuídas ao autismo (Manouilenko; Bejerot, 2015). Seu trabalho, ignorado por décadas, foi eclipsado por figuras masculinas ocidentais como Kanner e Asperger, um caso emblemático do que Rossiter (1993) chamou de *efeito Matilda*, em que as contribuições de mulheres (e, no caso de Sukhareva, de uma mulher judia soviética) são sistematicamente apagadas da história científica. Esse apagamento, segundo Walsh (2009), constrói hierarquias epistêmicas baseadas em raça, gênero, classe e norma, à qual agora podemos incluir a neurotipia.

A relação entre espectrocídio e epistemicídio não se restringe a contextos biomédicos ou científicos. Nos discursos religiosos, como evidenciado por Freitas e Freitas (2024), observa-se uma tentativa recorrente de redefinir o autismo por meio de categorias espirituais excludentes, que anulam sua complexidade e reduzem sua identidade a uma ausência de fé, a um espírito maligno ou a um desvio de propósito divino. Tal reducionismo atua não apenas como forma de exclusão simbólica, mas como estratégia de silenciamento: ao reinterpretar a diferença como patologia espiritual, o discurso religioso se autoriza a falar por e sobre o autismo, sem permitir que pessoas autistas elaborem sua própria teologia ou espiritualidade.

Nesse contexto, torna-se urgente afirmar o conceito de espectrocídio como articulador de múltiplas violências: ele nomeia não apenas o apagamento físico ou simbólico, mas a supressão ativa das narrativas autistas nos campos teológico, educacional e científico. E, ao ser confrontado com o epistemicídio, o espectrocídio revela sua função estrutural: impedir que pessoas autistas sejam não apenas ouvidas, mas reconhecidas como produtoras de conhecimento sobre si mesmas, sobre a espiritualidade e sobre o mundo. Isso exige o rompimento com paradigmas coloniais, capacitistas e biomédicos, que ainda estruturam as instituições religiosas e acadêmicas.

A crítica de Fiona Kumari Campbell (2009) ao capacitismo como estrutura ontológica do Ocidente, portanto, encontra aqui uma de suas expressões mais perversas: a exclusão epistêmica da diferença neurodivergente em nome da razão normativa. A espiritualidade, que deveria ser espaço de encontro e escuta, converte-se em mais um dispositivo de regulação. Nesse cenário, o espectrocídio não apenas elimina o corpo autista, mas interdita a possibilidade de um saber autista sobre o sagrado. É justamente essa interdição que o conceito de espectrocídio, tal como cunhado neste artigo, pretende desestabilizar.

Diante do diagnóstico ético e político do espectrocídio, impõe-se a necessidade de propor caminhos que se contraponham às estruturas de exclusão simbólica, espiritual e epistêmica que o sustentam. Nesse sentido, este

artigo defende a elaboração de uma teologia antiespectrocida, comprometida com a escuta das vozes autistas, com a decolonização da espiritualidade e com a valorização da neurodivergência como expressão legítima do humano e do sagrado.

Essa proposta se apoia, inicialmente, na crítica de Bader Sawaia (2008) ao modelo de inclusão perversa, que admite corpos desviantes apenas sob a condição de sua normatização. No contexto religioso, essa inclusão se manifesta por meio de práticas pastorais que aceitam a presença da pessoa autista nos cultos e comunidades, mas exigem, de modo explícito ou implícito, que ela “melhore”, “progrida”, “se liberte” ou “compreenda” a linguagem da fé segundo padrões majoritários. Tais exigências não acolhem a diferença: apenas a camuflam. A teologia antiespectrocida, ao contrário, propõe o abandono da lógica da correção espiritual como forma de acolhimento.

Como observa John Swinton (2012), o pertencimento é mais profundo do que a inclusão: ele exige reconhecimento, escuta e transformação mútua. Não se trata de adaptar o sujeito à comunidade, mas da comunidade se reconstruir para que ele pertença plenamente. Essa virada teológica implica valorizar formas autistas de oração, contemplação e relação com o divino, ainda que escapem às normas litúrgicas tradicionais. Como demonstra Bogdashina (2013), a espiritualidade autista pode ser silenciosa, visual, sensorial ou rítmica e não por isso menos intensa ou legítima.

Para isso, é necessário também uma reconfiguração do conceito de sagrado. Como sugere Mircea Eliade (1992), o sagrado interrompe o tempo e o espaço ordinários, desorganiza a ordem profana e convida ao mistério. O corpo autista, com sua imprevisibilidade, sua linguagem própria e sua resistência à normatividade, pode ser compreendido, nesta chave, como hierofania: manifestação do totalmente outro. Em vez de ser visto como ameaça à ordem religiosa, ele deve ser reconhecido como revelação de uma espiritualidade que transcende os limites da racionalidade dominante.

Essa reinterpretação é também uma convocação à decolonização dos saberes religiosos. Catherine Walsh (2009) aponta que a colonialidade do saber se expressa na imposição de um único regime epistêmico como válido. A teologia “antiespectrocida”, então, deve abrir-se ao pluralismo epistêmico, ou seja, ao reconhecimento do autoconhecimento autista como forma legítima de fazer teologia e espiritualidade. Isso implica abandonar a ideia de que a teologia só pode ser elaborada por corpos conformes, e reconhecer que a experiência autista do sagrado produz uma hermenêutica situada, crítica e fecunda.

Esse reconhecimento passa também pela recusa das práticas de correção espiritual como forma de cuidado. Como argumenta Mercer (2013), os exorcismos, campanhas de libertação ou rituais de cura aplicados a pessoas com sofrimento psíquico ou neurodivergência são, muitas vezes, formas de violência simbólica e física, travestidas de zelo pastoral. Quando aplicadas a pessoas autistas, essas práticas operam como dispositivos de espectrocídio: não apenas buscam expulsar o “mal”, mas eliminam a diferença, negam a subjetividade e deslegitimam o modo autista de ser e crer.

A teologia “antiespectrocida”, por sua vez, deve comprometer-se com uma ética da alteridade e da escuta, como propõe Bader Sawaia (2008), centrada no reconhecimento da dor produzida pelas exclusões simbólicas, e na valorização das narrativas que emergem da diferença. É nesse sentido que Olivia Bustion (2017) ao escutar comunidades autistas cristãs online, revela a riqueza teológica dessas experiências e propõe que o autismo não é ausência de espiritualidade, mas outra gramática do sagrado.

Nesse processo, o paradigma da neurodiversidade, tal como formulado por Singer (1999) e ampliado por Walker (2021), oferece um horizonte ético e político a ser perseguido. A espiritualidade neuroafirmativa, aqui proposta, não busca adaptar a pessoa autista às normas religiosas, mas transformar as estruturas religiosas para que reconheçam o autismo como uma diferença sagrada. Essa espiritualidade valoriza o silêncio, o ritmo, o fascínio sensorial, a contemplação profunda e a lógica da não linearidade como expressões espirituais plenas.

Portanto, mais do que uma nova doutrina, o que se propõe é uma postura teológica comprometida com a justiça simbólica, a escuta radical e a decolonização dos modos de crer e pertencer. Trata-se de uma ética relacional que reconhece a dignidade das experiências neurodivergentes e se recusa a legitimar qualquer forma de espectrocídio como horizonte espiritual aceitável. Essa postura não oferece respostas prontas, mas convoca a um reposicionamento profundo diante das narrativas religiosas que silenciam, corrigem ou excluem em nome da fé.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo se propôs a cunhar e fundamentar o conceito de espectrocídio como uma forma de violência simbólica, discursiva e institucional praticada contra pessoas autistas, especialmente em contextos religiosos e biomédicos. O termo, ainda inédito no campo dos estudos da deficiência e das ciências da religião, emerge como resposta crítica a práticas que, em nome da normalização, impõem correções espirituais, terapêuticas ou comportamentais que silenciam, apagam ou deslegitimam a existência autista. O espectrocídio não se restringe ao ambiente religioso, embora ali encontre formas específicas de expressão, como a espiritualização do autismo, a sua demonização e a expectativa de cura como condição para o pertencimento comunitário, conforme demonstrado.

A noção de espectrocídio articula-se com categorias teóricas fundamentais: o capacitismo, compreendido como estrutura que define corpos normativos e exclui os que não se enquadram; o estigma, enquanto marca social que deteriora identidades; a inclusão perversa, que admite o diferente apenas sob a condição de sua camuflagem; e o biopoder, enquanto racionalidade que regula e corrige corpos e subjetividades. Ao se basear nesses referenciais, o conceito de espectrocídio denuncia os efeitos letais, ainda que não necessariamente físicos, da negação contínua da diferença, operada por discursos de salvação, adaptação e obediência.

A espiritualidade neuroafirmativa, proposta como contraponto ao espectrocídio religioso, reivindica o direito à diferença e à vivência autêntica do sagrado. A partir dos aportes de autores como Nick Walker, Olga Bogdashina, Olivia Bustion e John Swinton, argumentou-se que pessoas autistas possuem formas legítimas, sensoriais, não lineares e singulares de se relacionar com o transcendente e que essas formas não devem ser corrigidas, mas reconhecidas como expressões válidas de espiritualidade. Isso exige das comunidades religiosas uma transformação de sua gramática teológica, litúrgica e pastoral, abandonando a lógica da conformação e adotando uma ética do cuidado, da escuta e do pertencimento.

Em articulação com os dados e reflexões da pesquisa de Freitas e Freitas, que analisou discursos de pastores evangélicos brasileiros que vinculam o autismo à possessão demoníaca e à deficiência espiritual, demonstrou-se como tais narrativas operam como exemplos concretos de espectrocídio simbólico. Ao tratar o autismo como mal a ser expurgado, tais discursos não apenas desumanizam a pessoa autista, mas tornam inviável sua permanência comunitária sem a renúncia de sua identidade. Essa lógica reitera a colonialidade do ser, ao estabelecer quais formas de existência são permitidas no espaço sagrado e quais devem ser expulsas.

Ao propormos o espectrocídio como conceito, pretendemos contribuir para o alargamento dos debates sobre neurodiversidade, religião e justiça epistêmica. Trata-se de nomear uma forma sistemática de exclusão que, por não se expressar em violência física direta, muitas vezes permanece invisível, mesmo quando seus efeitos são devastadores. Ao mesmo tempo, ao nomeá-lo, abre-se espaço para confrontá-lo, teoricamente, politicamente e espiritualmente.

Conclui-se que o enfrentamento do espectrocídio religioso exige o comprometimento ético de comunidades de fé, educadores, familiares, pesquisadores e, sobretudo, da escuta ativa de pessoas autistas. Nenhuma prática pode ser considerada verdadeiramente inclusiva quando exige a renúncia da identidade neurodivergente como condição de pertencimento. Toda forma de espiritualidade que impõe a normalização como via de aceitação reforça dinâmicas de apagamento e exclusão. Reconhecer o valor da diferença e afirmar o direito de existir tal como se é constitui um ato de justiça, não uma concessão, mas um imperativo ético que atravessa o campo religioso e social.

REFERÊNCIAS

- BOGDASHINA, Olga. *Autism and spirituality: Psyche, self and spirit in people on the autism spectrum*. Londres: Jessica Kingsley Publishers, 2013.
- BUSTION, Olivia. *Autism and Christianity: Na ethnographic intervention*. Journal of the American Academy of Religion, v. 85, n. 3, p. 653-681, 2017.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of ableism: The production of disability and abledness*. Londres: Palgrave Macmillan, 2009.
- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: A essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

- FOUCAULT, Michel. *O nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- FREITAS, Rodrigo Vieira de; FREITAS, Janaina Brito de Assis. *A desqualificação do autista pelo discurso religioso: implicações de estigma e inclusão perversa*. 2024. (no prelo)
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.
- HORTON, Robin. *Patterns of thought in Africa and the West: Essays on magic, religion and science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2022.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. On the coloniality of being: Contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 240-270, 2007.
- MANOUILENKO, Inna; BEJEROT, Susanne. Sukhareva – Prior to Asperger and Kanner. *Nordic Journal of Psychiatry*, v. 69, n. 6, p. 479-482, 2015.
- MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 1999.
- MERCER, Jean. *Deliverance, demonic possession, and mental illness: Some considerations for mental health professionals*. *Mental Health, Religion & Culture*, v. 16, n. 6, p. 595-611, 2013.
- MESSAS, Guilherme Peres; FERNANDEZ, Ivan Filipe de Almeida Lopes. *Autismo, sociabilidade e cultura incl.* São Paulo: Zagodoni, 2023.
- MCRUER, Robert. *Crip theory: Cultural signs of queerness and disability*. Nova York: New York University Press, 2006.
- OTTO, Rudolf. *O sagrado: Um estudo do elemento não-racional na ideia do divino e a sua relação com o racional*. São Bernardo do Campo: Imprensa Metodista, 1985.
- ROSSITER, Margaret W. The Matthew Matilda Effect in Science. *Social Studies of Science*, v. 23, n. 2, p. 325-341, 1993.
- SAWAIA, Bader (Org.). *As artimanhas da exclusão: Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- SINGER, Judy. “Why can’t you be normal for once in your life?” From a ‘problem with no name’ to the emergence of a new category of difference. In: CORKER, Mairian; FRENCH, Sally (Org.). *Disability discourse*. Buckingham: Open University Press, 1999. P. 59-67.
- SOARES, Márcia Torres Neri; ARAÚJO, José Roberto de. Demonização e sobrenaturalidade: influências religiosas na/para concepção de deficiência. *Caminhos – Revista de Ciências da Religião*, v. 19, n. 2, p. 477-496, 2021.
- SWINTON, John. *Dementia: Living in the memories of God*. Grand Rapids: Eerdmans, 2012.
- WALKER, Nick. *Neuroqueer Heresies: Notes on the Neurodiversity Paradigm, Autistic Empowerment, and Postnormal Possibilities*. San Francisco: Autonomous Press, 2021.
- WALSH, Catherine. Interculturalidad crítica y educación intercultural. In: VIAÑA, Jorge; TAPIA, Luis; WALSH, Catherine. *Construyendo interculturalidad crítica*. La Paz: Instituto Internacional de Integración del Convenio Andrés Bello, 2009. P. 75-96.